Carta Anual 2018

Ano Base 2017





Sumário

| Ider | ntificação Geral | 3 |
|-------|--|----|
| | Composição Acionária | |
| | Interesse público subjacente às atividades empresariais | |
| 3. | Políticas Públicas - atividades desenvolvidas | 4 |
| | Metas relativas ao desenvolvimento de atividade que atendam aos objetivos de políticas | 6 |
| 5. | Recursos para custeio das políticas públicas | 6 |
| 6. | Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas | 7 |
| 7. | Comentários dos administradores | 8 |
| 8. Es | strutura de controles internos e gerenciamento de riscos | 9 |
| 9. Fo | atores de risco | 9 |
| 10. I | Políticas e práticas de governança corporativa | 10 |
| | Descrição da composição e da remuneração da administração e dos membros do egiado | 11 |



Identificação Geral

Em conformidade com o art. 8°, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2017.

CNPJ: 34.028.316/0001-03 - NIRE: 5350000030-5

Sede: Brasília-DF

Tipo de Estatal: Empresa Pública de Direito Privado

Acionista Controlador: União

Tipo Societário: Empresa Pública

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: No território nacional e no exterior

Setor de Atuação: Serviços

Auditores Independentes atuais da empresa:

BDO RCS Auditores Independentes Nome: Alfredo Ferreira Marques Filho

Telefone: (11) 3848-5880

E-mail: <u>Alfredo.marques@bdobrazil.com.br</u>

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual:

- Carlos Roberto Fortner
- Fábio Rezende Scarton Coutinho
- Leonardo Raupp Bocorny
- José Luis Nunes de Couto
- Marcos César Alves Silva
- Ruy do Rego Barros Rocha

Administrador Subscritor da Carta Anual:

- Carlos Roberto Fortner - Presidente

Governança Corporativa e Políticas Públicas

A Lei 13.303/16, em seu art. 8°, incisos I, III e VIII, exige explicitação dos compromissos de consecução dos objetivos de políticas públicas por empresas públicas e sociedades de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com a definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações estão detalhadas no presente documento.



1. Composição Acionária

O Capital Social dos Correios, em 31/12/2017, é 100% da União.

2. Interesse público subjacente às atividades empresariais

Com mais de 350 anos, a atividade de correios teve origem formal no Brasil em 25 de janeiro de 1663. O Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, criou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, regida pela legislação federal e por seu estatuto. Atualmente, a Empresa é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Os Correios oferecem infraestrutura relevante para viabilização de políticas públicas, integração nacional e inclusão social, com sua rede de agências e seus serviços financeiros, de logística e de comunicação, à disposição da população, das empresas e das instituições.

Os Correios atendem a todas as camadas sociais, níveis de renda ou educação e sua infraestrutura postal exerce relevante influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.570 municípios do país, acesso aos serviços postais, como encaminhamento e recebimento de objetos postais (cartas, telegramas e encomendas), viabilizando ainda a inclusão financeira (pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos).

A Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011, estendeu a possibilidade de atuação dos Correios para âmbito internacional, ampliou o objeto social da Empresa, permitindo que explorasse também os serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos, e autorizou a empresa a constituir subsidiárias e adquirir participações acionárias em outras empresas já estabelecidas.

A empresa integra o Comitê de Gestão da Cooperativa do Serviço Expresso Internacional (EMS) no período de 2016-2017. A cooperativa compõe a estrutura da União Postal Universal (UPU) e atua na definição de normas, orientações e propostas para o bom desempenho do EMS.

Na Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP), os Correios estão na direção do órgão, em representação dos operadores de correios.

Os Correios apoiam o MCTIC em ações de cooperação técnica internacional, em consonância com a política do governo brasileiro e em reforço a sua atuação nos organismos internacionais, em particular no que se refere ao projeto Exportações por Envios Postais para Micro e Pequenas Empresas (Exporta Fácil), da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e sua expansão no âmbito da UPU.

3. Políticas Públicas - atividades desenvolvidas

Alinhado ao interesse público, os Correios desenvolvem atividades que atendem às políticas públicas e ao seu objeto social, conforme artigo 4º do Decreto nº. 8.016/13, de 17 de maio de 2013: "Art. 40 A ECT tem por objeto social, nos termos da lei:

- a) Planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;
- b) Explorar serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos;
- c) Explorar atividades correlatas; e
- d) Exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério das Comunicações."

Por meio de sua rede de agências, os Correios asseguram oferta dos serviços postais e telegráficos em todo o território nacional. No Brasil, os principais segmentos de atuação dos Correios são: logística, encomendas, conveniência, serviços financeiros, mensagem, malote, marketing e internacional.

A logística dos Correios abrange soluções nacionais e internacionais. A logística nacional disponibiliza ao mercado soluções para gestão da cadeia de suprimentos, desde coleta,



consolidação, tratamento e transporte até armazenagem, transferência de carga, gestão de estoques, distribuição e logística reversa para bens diversos, incluindo soluções de importação e exportação, soluções para comércio eletrônico, rastreamento de objetos e serviços de pós-venda. Entre as diversas operações logísticas realizadas no ano de 2017, destacam-se: (i) Entrega e coleta das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame para Certificação de Conclusão de Ensino Fundamental e Médio para Jovens e Adultos (Enceja), do Exame para Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em todo o Brasil, para 10,8 milhões de candidatos em cerca de 22,6 mil pontos de entrega; (ii) Parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para distribuição de 196 milhões de livros didáticos, acondicionados em 19 milhões de encomendas, para atender cerca de 124 mil instituições de ensino; (iii) Distribuição de kits para recepção de canais digitais, em parceria com a Seja Digital (EAD - Entidade Administradora da Digitalização de Canais TV e RTV), às famílias cadastradas em programas sociais do Governo Federal.

O segmento conveniência é constituído de uma variedade de produtos e serviços destinados ao atendimento de necessidades dos clientes, pessoas físicas, jurídicas, empreendedores autônomos, micro e pequenos empresários e instituições públicas em seus três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

O portfólio de produtos e serviços disponibilizados por este segmento faz das agências dos Correios verdadeiros centros de conveniência, com diferencial de mercado, em razão da capilaridade da rede de atendimento, que permite aos Correios estarem presentes em todo o território nacional e, sobretudo, próximos aos cidadãos e clientes em geral, proporcionando facilidades no atendimento às suas demandas em um único local, com comodidade e economia de tempo.

A filatelia cumpre o papel de disseminar a cultura dos países emissores de selos, por meio da integração de pessoas do mundo inteiro, amparada pelos princípios da universalidade, inovação, comunicação e cooperação em torno da prática do colecionamento das emissões filatélicas. Registra os valores culturais das sociedades, preservando o legado histórico a ser transmitido às gerações futuras, dado o volume de informações que os selos veiculam.

O Banco Postal opera em conjunto com o Banco do Brasil desde 2012 e constitui-se em uma grande rede de atendimento de serviços bancários disponibilizada à sociedade brasileira. Presente em 5.150 municípios e perfazendo uma cobertura de mais de 94% do total de localidades, o Banco Postal segue firme em sua missão de atuar como importante instrumento de inclusão financeira e agente participativo na promoção do desenvolvimento econômico e social do país. A premissa básica da parceria é a inclusão bancária de milhões de brasileiros em localidades onde não há agências nem correspondentes bancários.

Com um conjunto de serviços especiais à disposição dos cidadãos, os Correios oferecem atendimento presencial em 12,8 mil pontos, que realizaram 1,5 bilhão de transações em 2017. Dentre esses serviços, encontram-se: Certificação Digital; Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT); recarga virtual; recebimento de inscrições; cadastramento de CPF; Vale Postal Eletrônico; caixa postal; Achados e Perdidos; consulta de proteção ao crédito – CPF/CNPJ; Correios Celular e aporte e Saque.

Dentre os novos serviços especiais, destaca-se o Correios Celular, serviço móvel pessoal (SMP) por meio de Rede Virtual (MVNO) em mais de 1.500 municípios, oferecendo venda do chip, planos prépagos e recarga. No ano de 2017 ocorreu o lançamento de aplicativo móvel para recarga e consultas para acompanhamento do plano contratado e ainda a possibilidade de portabilidade do número de qualquer operadora.

No contexto internacional, os Correios atuam em consonância com a Convenção Postal Universal e demais regulamentos da União Postal Universal (UPU). Dessa forma, exercem cooperação técnica internacional, em alinhamento com a política do governo brasileiro, oferecendo serviços postais que chegam a mais de 200 países e, ao mesmo tempo, garantem a entrega em todo o Brasil de remessas postais oriundas desses países. Essa extensa cobertura logística torna os Correios um parceiro fundamental para o desenvolvimento do e-commerce transfronteiriço.



Os Correios integram a direção da Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa, na condição de representantes dos operadores postais, e atuam em ações de cooperação técnica internacional, em consonância com as diretrizes do governo brasileiro.

4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividade que atendam aos objetivos de políticas públicas

A Portaria nº 6.206 do Ministério das Comunicações, publicada em 13 de novembro de 2015, estabeleceu as metas para a universalização e de qualidade dos serviços postais básicos a serem cumpridas pelos Correios. Dispôs ainda sobre os parâmetros de atendimento, entrega e qualidade destes serviços, visando assegurar a existência e a disponibilidade de oferta de serviços postais básicos em todo território nacional em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis.

A Portaria nº 6.194 do Ministério das Comunicações, publicada em 27 de dezembro de 2016, alterou a meta de qualidade da Portaria nº 6.206/15, art 13º, e dispôs que os Correios deverão aprimorar a prestação dos serviços postais básicos, conforme indicadores e metas de qualidade estabelecidos, assegurando a atualidade e a modernidade desses serviços.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental que reflete as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, e elaborado no primeiro ano de cada mandato, com a inclusão de todos os investimentos e as despesas de caráter continuado que serão efetuadas no período. O PPA é a base para a elaboração dos orçamentos anuais e serve de referência para os demais planos nacionais e setoriais. Atualmente, o PPA vigente é o 2016-2019 – Lei nº 13.249, de 13/01/2016.

O plano estratégico dos Correios busca viabilizar o Programa Temático 2025 (Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia), com a ambição de tornar a empresa protagonista no cenário postal.

O referido programa, constante no PPA 2016-2019, possui três indicadores e três metas para cumprimento das determinações da portaria no que tange à universalização. O detalhamento se encontra a seguir:

a) Indicador 1

- Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com prestação do serviço de atendimento postal.

Descrição da meta: Disponibilizar os serviços postais de atendimento a 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes. (Metas do MCTIC – PPA 2016-2019)

b) Indicador 2

- Distritos atendidos com entrega postal externa, com população igual ou maior do que 500 habitantes.

Descrição da meta: Disponibilizar os serviços postais de distribuição postal externa a 97,5% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes. (Metas do MCTIC – PPA 2016-2019)

c) Indicador 3

- Atendimento da população com qualidade na prestação dos serviços postais básicos.

Descrição da meta: Entregar objetos postais, dentro do prazo, em 92,5% das remessas. (Metas do MCTIC – PPA 2016-2019)

5. Recursos para custeio das políticas públicas

O caixa da empresa tem custeado integralmente as operações relacionadas à execução das atividades vinculadas às políticas públicas.



6. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

As Demonstrações Financeiras de 2017 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e recepcionadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Foram auditadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e refletem ativos, passivos, receitas e despesas dos Correios.

Os indicadores estratégicos utilizados para a tomada de decisões, entre elas a de investimento para atendimento aos objetivos das políticas públicas, têm seus desempenhos demonstrados a seguir:

Quadro 1 – Indicadores Estratégicos

| Indicadores Estratégicos | Meta 2017 | Índice Observado |
|--|-----------|------------------|
| Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 – R(H1) * | 9,67% | 1,83% |
| Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 – R(H2) | 5,20% | 1,29% |
| Valor de Receitas Horizonte 3 – R(H3) - R\$ Milhões | 171,15 | 48,36 |
| Margem EBITDA sem Pós-Emprego | 4,5% | 9,77% |
| Margem EBITDA com Pós-Emprego | 2,0% | 6,20% |
| Indicador de Entrega no Prazo – IEP | 95,28% | 88,53% |
| Índice de Produtividade – IP - R\$ Mil | 7,6 | 18,17 |
| Índice Digital – ID | 1,80 | 1,67 |
| Universalização Distribuição – PDPE | 89,22% | 89,58% |
| Universalização Atendimento – DAPB | 96,55% | 89,91% |

Fonte: SUCON

(*)Fases e horizontes preconizados na Estratégia Correios.

Em função de seu quadro econômico-financeiro, os Correios realizaram investimento em 2017 no valor de apenas R\$ 285,7 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e de gestão (ciclo do Plano Plurianual – PPA 2016-2019), que contribuem para a expansão dos serviços de comunicação e para os conjuntos de ações de apoio à gestão e à manutenção de atuação governamental.

Quadro 2: Investimentos R\$ milhões

| INVESTIMENTO | 2017 (R\$ mil) |
|--|----------------|
| Modernização de veículos | 16,7 |
| Instalação de agências próprias | 0,3 |
| Instalação de unidades de tratamento | 20,3 |
| Instalação de unidades de distribuição | 0,3 |
| Instalação de unidades de logística | 0,1 |
| Manutenção da infraestrutura operacional | 194,4 |
| Tecnologia da Informação (TI) | 53,5 |
| Investimento Total | 285,7 |

Do valor realizado, 92,6% está enquadrado no Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura das Empresas Estatais Federais, que envolve a manutenção e adequação da infraestrutura dos Correios, compreendendo a reforma de unidades e a aquisição de bens móveis, máquinas e equipamentos.

O programa temático "Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia", que representa o plano de Governo em que os Correios estão inseridos, teve execução de R\$ 21,1 milhões no exercício.



7. Comentários dos administradores

Os Correios estão presentes em todo o território nacional, garantindo a universalização e a continuidade dos serviços postais brasileiros. Nossa missão é conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções postais e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas.

Desde a operacionalização de certames nacionais como o Enem até serviços de logística das urnas nas eleições, desempenhamos a função de agentes de integração, inclusão e desenvolvimento social, atuando em parceria com entidades de todas as esferas e poderes em prol dos brasileiros. Nossa extensa rede de agências, tanto próprias quanto franqueadas, disponibiliza à população acesso a serviços de conveniência básicos, como o Banco Postal, a consulta aos órgãos de proteção ao crédito e a obtenção de documentos como o CPF.

O mundo está passando por uma revolução tecnológica que está reverberando em todos os setores da economia, incluindo o postal. Há um progresso contínuo em termos de conectividade digital global e do uso de novas tecnologias de informação e comunicação, modelando novos comportamentos dos consumidores, os quais estão demandando conveniência, qualidade e rapidez no que diz respeito à entrega de correspondências e encomendas, à medida que o varejo físico cede espaço ao varejo on-line (Era do e-commerce global).

Um dos grandes desafios colocados pelas novas tecnologias para os correios no mundo é a crescente substituição em relação às correspondências em suporte de papel. A quantidade de correspondências em suporte de papel continua declinando ano após ano na maioria dos países, sobretudo nos países em que o índice de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (indicador da União Internacional das Telecomunicações) é mais alto. Esta queda é estrutural e a avaliação dos grandes pesquisadores e empresas de consultorias em todo o mundo é de que ela é irreversível e cada vez mais rápida.

Diante desse ambiente, os operadores postais de modo geral estão promovendo a diversificação seletiva para diminuir a dependência do segmento de correspondências em suporte de papel na composição de suas receitas, ao mesmo tempo em que estão defendendo esse segmento em declínio, uma vez que este ainda gera receitas relevantes. Esse também é o caminho vislumbrado para o Correio brasileiro.

Como principais realizações vinculadas ao desempenho da empresa em relação às políticas públicas, podemos elencar:

- I. Aprovação dos dez Direcionadores do Modelo Operacional Futuro dos Canais de Atendimento dos Correios, que foram definidos sobre quatro pilares e seus respectivos objetivos focados principalmente na jornada dos clientes e na sustentabilidade da empresa.
- II. Aprovação do Modelo Operacional Futuro de Canais dos Correios, onde foi definida a estratégia de ocupação e segmentação de mercado com nove novos modelos de canais para dar maior comodidade ao usuário do serviço postal;
- III. Implantação da Política Comercial dos Correios, com a sistematização do relacionamento com seus clientes, contemplando um conjunto de benefícios disponibilizados em função do volume global de negócios e da prestação das contrapartidas previstas;
- IV. Implantação do novo modelo de importações, o qual permite o aprimoramento de ferramentas de auxílio aos usuários para recebimento de suas encomendas internacionais, reduzindo riscos e agilizando os prazos de entrega. Esta funcionalidade está disponível no Portal Importador, no site dos Correios;
- V. Formalização do Plano de Marketing, contendo a estratégia de atuação junto aos entes governamentais, em alinhamento com os direcionadores da Estratégia Correios;
- VI. Implantação do envio de exportações postais com DUE (Declaração Única de Exportação) e o emprego de tecnologia que permite intercâmbio de informações e agiliza o desembaraço no destino;
- VII. Criação de Códigos de Endereçamento Postal (CEP) por logradouro, em 21 municípios brasileiros, beneficiando uma população estimada de 1,8 milhão de habitantes;



VIII. Lançamento de novos produtos e serviços como Correios Celular, Consulta de Proteção ao Crédito – CPF e CNPJ, Postal Resposta, Clique e Retire, de forma a diversificar seu portfólio e consolidar a rede de atendimento dos Correios como um balcão multisserviços para a população e o governo.

8. Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

Em 2017, os temas controles internos, compliance e gestão de riscos foram reposicionados dentro do novo modelo organizacional dos Correios. A partir da implementação da nova estrutura organizacional da empresa, ocorrida no primeiro semestre de 2017, o Departamento de Governança, Riscos e Compliance abarcou de forma estratégica, entre outras funções, a responsabilidade de coordenar as ações de implementação, disseminação e manutenção dos sistemas de governança corporativa, controles internos, promoção da integridade organizacional, gerenciamento de riscos e o cumprimento de leis, normativos e demais regulamentos aplicáveis.

Neste contexto, foram aprovadas as políticas de compliance e gestão de riscos, contemplando princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades, em aderência às bases normativas vigentes sobre o assunto e como medidas iniciais de fortalecimento da cultura de controles internos, estruturação de métodos e normativos sobre o tema.

Houve atuação na implementação das medidas visando à adequação da empresa ao Estatuto Jurídico das Estatais – Lei 13.303/2016 e seu decreto regulamentador, assim como às resoluções da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), na construção de políticas, no desenvolvimento de métodos corporativos, na disseminação de cultura, em treinamentos e ações para atender e se adequar ao arcabouço regulatório vigente e às melhores práticas de mercado.

Encontra-se em construção e vias de aprovação, o Programa de Integridade, o Método Corporativo de Gestão de Riscos e o Modelo de Sistema de Controles Internos para os Correios. Esses instrumentos contribuirão para fortalecimento da cultura de controles internos e dos valores éticos, de integridade e gestão de riscos da empresa.

Os Correios reconhecem o canal de denúncia como um importante instrumento na fiscalização do uso dos recursos e no controle da gestão pública. A Ouvidoria é o órgão responsável pelo recebimento das denúncias, bem como pelo encaminhamento, para apuração, daquelas que têm elementos mínimos, como fato e agente que praticou o ato ilícito ou irregular.

9. Fatores de Risco

Como elementos necessários à sustentabilidade institucional da empresa, são identificados os regulamentos externos veiculando diretrizes que integram o entorno regulatório dos Correios (leis, decretos, instruções normativas, resoluções, portarias governamentais) e as peças geradas internamente que norteiam a atuação estratégica dos agentes de gestão (Modelo Empresarial, Modelo de Gestão, Caderno Estratégia Correios, Código de Ética, Acordos de Nível de Serviço e Documentos Normativos).

Os Correios contam com a Matriz de Riscos Estratégicos, onde estão consolidados os riscos vinculados aos objetivos constantes na Estratégia Correios, com os fatores relacionados a cada risco, probabilidade e impacto.

As atividades da empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão desses riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.



I. Risco de Mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas, como juros e paridades cambiais. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas, dos valores do serviço e da amortização das dívidas contratadas. Ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional.

O risco relacionado à variação cambial é proveniente da possibilidade de a empresa vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem os Correios ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os fundos nos quais os Correios aplicam seus recursos são administrados pela BB DTVM e CEF, que fazem acompanhamento e gestão dos investimentos mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade.

II. Risco de Crédito

A empresa possui, definidas em seus manuais, políticas voltadas para os processos que envolvem crédito de clientes. Os riscos são geridos corporativamente por área específica, sendo avaliada, conforme a diretriz definida, a qualidade do crédito, levando em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada nas demonstrações financeiras em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes.

III. Risco de Liquidez

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. Os Correios investem a disponibilidade de caixa em aplicações financeiras e com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões de desembolso.

10. Políticas e práticas de governança corporativa

O Núcleo de Governança Corporativa nos Correios é constituído por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva (presidente e vice-presidentes), Conselho Fiscal, Auditoria (interna e independente), Ouvidoria e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (Comitê de Auditoria, Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Estratégia Corporativa e Riscos e Comitê de Remuneração e Sucessão); e, como componentes da estrutura de gestão dos processos da empresa – a Presidência e as Vice-Presidências.

As políticas de governança foram aprovadas no primeiro trimestre de 2017.

Os Correios contam com uma Gerência Corporativa de Governança, que tem a função de coordenar as ações para implementação, disseminação e manutenção do sistema de governança corporativa, realizar apoio administrativo aos órgãos colegiados e análise crítica das matérias a serem submetidas à alta administração, ao Conselho Fiscal e aos comitês do Núcleo de Governança.

A composição, as competências e as regras de funcionamento dos órgãos colegiados do sistema de governança corporativa dos Correios estão disciplinados no estatuto e respectivos regimentos internos.



Mais informações sobre o Núcleo de Governança dos Correios podem ser obtidas no item 4 do Relatório de Gestão, disponível em https://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais.

11. Remuneração da administração e dos membros do colegiado

A prática de remuneração de membros estatutários dos Correios tem como base normativa os Decretos 8.016/2013 e 8.945/2016, somados às orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminhadas por meio do Ofício Circular 61/2017-MP, de 6/2/2017. A prática tem como objetivo ser instrumento executivo de gestão alinhado à especificidade da empresa.

Adicionalmente, a remuneração dos membros dos órgãos de administração é fixada anualmente pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, observadas as prescrições legais, sendo que a remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal dos Correios não excede a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa.

A remuneração mensal mínima, máxima e total dos Conselhos de Administração e Fiscal em 2017 está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 3

| Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|---------------------------|------------|------------|-----------------|------------|------------|
| R\$ mínimo | R\$ máximo | R\$ Total | R\$ mínimo | R\$ máximo | R\$ Total |
| 4.131,01 | 4.389,20 | 336.677,30 | 3.351,26 | 4.475,26 | 151.814,61 |
| 07 membros | | | 03 membros | | |

A remuneração total da Diretoria Estatutária em 2017, composta por nove (09) membros, consta no quadro a seguir:

Quadro 4

| Diretoria Estatutária | | | |
|--|----------------|--|--|
| Remuneração dos Membros | Valores em R\$ | | |
| Número de membros: | 13 | | |
| I – Remuneração Fixa (a+b+c+d) | 4.290.065,83 | | |
| a) salário ou pró-labore | 4.015.879,92 | | |
| b) benefícios diretos e indiretos | 274.185,91 | | |
| c) remuneração por participação em comitês | - | | |
| d) outros | - | | |
| II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)) | - | | |
| e) bônus | - | | |
| f) participação nos resultados | - | | |
| g) remuneração por participação em reuniões | - | | |
| h) comissões | - | | |
| i) outros | - | | |
| III – Total da Remuneração (I + II) | 4.290.065,83 | | |
| IV – Benefícios pós-emprego | - | | |
| V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | 912.884,29 | | |
| VI – Remuneração baseada em ações | | | |

No ano de 2017 os Correios passaram por um processo de reestruturação que culminou na adoção de diversas medidas voltadas para a célere recuperação da Empresa, contemplando a implantação do Programa de Transformação dos Correios, que previa o desdobramento de indicadores e metas, elementos necessários para a elaboração do programa RVA. Aliado ao desempenho financeiro da Empresa, não foi apresentada a proposta de Programa de RVA para manifestação da SEST/MP.



Mais informações sobre remuneração dos administradores podem ser obtidas no item 4.6 do Relatório de Gestão ou por meio de acesso à página dos Correios: http://www.correios.com.br/sobre-correios/acesso-a-informacao.

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração dos Correios declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2017, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei 13.303, de 30/6/2016.

Brasília, 24 de maio de 2018.

Ruy do Rego Barros Rocha

Presidente do Conselho de Administração

Carlos Roberto Fortner

Presidente dos Correios Membro do Conselho de Administração

José Luís Nunes de Couto

Membro do Conselho de Administração

Fábio Rezende Scarton Coutinho

Membro do Conselho de Administração

Leonardo Raupp Bocorny

Membro do Conselho de Administração

Marcos César Alves da Silva

Membro do Conselho de Administração